

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Cotistas,

Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,442 milhão, correspondente a R\$ 96,13 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 27,846 milhões e Ativos Totais de R\$ 28,783 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2009		2008		PASSIVO	2009		2008	
CIRCULANTE	28.755	27.372	28.755	27.372	CIRCULANTE	937	937	968	968
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	17	9	17	9	OUTRAS OBRIGAÇÕES	937	937	968	968
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	22.735	-	22.735	Sociais e Estatutárias	14	14	17	17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	22.735	-	22.735	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	804	804	909	909
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					Diversas (Nota 9b)	119	119	42	42
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	28.698	4.622	28.698	4.622	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.846	27.846	26.418	26.418
Carteira Própria	28.698	4.622	28.698	4.622	Capital:				
OUTROS CRÉDITOS	40	6	40	6	- De Domiciliados no País (Nota 10a)	15.000	15.000	15.000	15.000
Rendas a Receber	14	-	14	-	Reservas de Lucros (Nota 10b)	12.846	12.846	11.418	11.418
Diversos (Nota 7)	26	6	26	6	TOTAL	28.783	28.783	27.386	27.386
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	28	11	28	11					
OUTROS CRÉDITOS	28	11	28	11					
Diversos (Nota 7)	28	11	28	11					
PERMANENTE	-	3	-	3					
INVESTIMENTOS	-	3	-	3					
Outros Investimentos	2	6	2	6					
Provisões para Perdas	(2)	(3)	(2)	(3)					
TOTAL	28.783	27.386	28.783	27.386					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre		31 de dezembro
	2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.208	2.653	3.073
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	1.208	2.653	3.073
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.208	2.653	3.073
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(112)	(328)	(304)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(75)	(269)	(155)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(69)	(144)	(161)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	32	103	43
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	-	(18)	(31)
RESULTADO OPERACIONAL	1.096	2.325	2.769
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	(1)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.095	2.324	2.769
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15) ...	(426)	(882)	(1.010)
LUCRO LÍQUIDO	669	1.442	1.759
Número de cotas (Nota 10a)	15.000.000	15.000.000	15.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	44,60	96,13	117,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre		31 de dezembro
	2009	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.095	2.324	2.769
Lucro Líquido Ajustado	1.095	2.324	2.769
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ..	-	22.735	(2.493)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(997)	(24.076)	1.349
(Aumento)/Redução em Outros Créditos/Outros Valores e Bens ..	(19)	(21)	1
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1	90	13
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(58)	(1.031)	(869)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	22	21	770
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Investimentos	3	4	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	3	4	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(17)	(17)	(762)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(17)	(17)	(762)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	8	8
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do Período	9	9	1
Fim do Período	17	17	9
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	8	8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros		Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Acumulados		
Saldos em 30.06.2009	15.000	-	1.182	11.002	-	-	27.184
Lucro Líquido	-	-	-	-	669	-	669
Destinações: - Reservas	-	-	32	630	(662)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Saldos em 31.12.2009	15.000	-	1.214	11.632	-	-	27.846
Saldos em 31.12.2007	12.000	-	1.055	11.621	-	-	24.676
Homologação de Aumento de Capital	1.200	(1.200)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	-	3.000	-	(3.000)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.759	-	1.759
Destinações: - Reservas	-	-	88	1.654	(1.742)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Saldos em 31.12.2008	13.200	1.800	1.143	10.275	-	-	26.418
Saldos em 31.12.2008	13.200	1.800	1.143	10.275	-	-	26.418
Aumento de Capital com Reservas	1.800	(1.800)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.442	-	1.442
Destinações: - Reservas	-	-	71	1.357	(1.428)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(14)	-	(14)
Saldos em 31.12.2009	15.000	-	1.214	11.632	-	-	27.846

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2009	%	2009		2008	
			2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	1.239	106,4	2.737	110,9	3.085	105,3
1.1) Intermediação Financeira	1.208	103,8	2.653	107,5	3.073	104,9
1.2) Outras	31	2,6	84	3,4	12	0,4
- Resultado de Outras Despesas/Receitas	32	2,7	85	3,4	12	0,4
- Resultado Não Operacional	(1)	(0,1)	(1)	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(75)	(6,4)	(269)	(10,9)	(155)	(5,3)
Serviços do sistema financeiro	(3)	(0,2)	(5)	(0,2)	(28)	(1,0)
Propaganda, promoções e publicidade	(55)	(4,7)	(212)	(8,6)	(83)	(2,8)
Contribuição sindical patronal	-	-	(10)	(0,4)	(37)	(1,3)
Serviços técnicos especializados	(16)	(1,4)	(40)	(1,6)	(7)	(0,2)
Comunicações	(1)	(0,1)	(2)	(0,1)	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.164	100,0	2.468	100,0	2.930	100,0
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.164	100,0	2.468	100,0	2.930	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.164	100,0	2.468	100,0	2.930	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	495	42,5	1.026	41,6	1.171	40,0
Federal	491	42,2	1.022	41,4	1.171	40,0
Municipal	4	0,3	4	0,2	-	-
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	669	57,5	1.442	58,4	1.759	60,0
Dividendos Propostos	7	0,6	14	0,5	17	0,5
Lucros Retidos	662	56,9	1.428	57,9	1.742	59,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua...



...Continuação

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução do valor recuperável - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Classificação por categorias e prazos**

Títulos (1)						Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:									
Certificados de depósitos bancários	-	-	89	910	999	999	-	460	-
Debêntures	-	-	1.295	66	1.361	1.361	-	743	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	368	368	368	-	-	-
Notas do tesouro nacional	6.882	-	-	-	6.882	6.882	-	277	-
Letras financeiras do tesouro	410	1	512	18.165	19.088	19.088	-	3.142	-
Total em 2009	7.292	1	1.896	19.509	28.698	28.698	-		
Total em 2008	369	138	715	3.400				4.622	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.036	2.494
Fundos de investimento	1.617	579
Total	2.653	3.073

c) A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Créditos tributários	48	17
Impostos e contribuições a compensar	6	-
Total	54	17

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	794	895
Impostos e Contribuições a Recolher	10	14
Total	804	909

contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9%, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN e na Deliberação CVM nº 489/05.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a);

Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 8b e c); e

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 8b).

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores reconhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional	17	9
Total de disponibilidades (caixa)	17	9
Total caixa e equivalentes de caixa	17	9

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31/12/2008, referia-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 22.735 mil. As receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, estão classificadas na Demonstração do Resultado como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009	2008	2009	2008
Reservas de Lucros	12.846	11.418		
- Reserva Legal (1)	1.214	1.143		
- Reserva Estatutária (2)	11.632	10.275		

b) Diversas

Refere-se à provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 119 mil (2008 - R\$ 42 mil).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 15.000 mil (2008 - R\$ 15.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 15.000.000 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 28 de janeiro de 2009, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o Capital Social no montante de R\$ 1.800 mil, elevando-o de R\$ 13.200 mil para R\$ 15.000 mil, com emissão de 1.800.000 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária".

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	12.846	11.418
- Reserva Legal (1)	1.214	1.143
- Reserva Estatutária (2)	11.632	10.275

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 14 mil (2008 - R\$ 17 mil), correspondendo a R\$ 0,94 (2008 - R\$ 1,13) por lote de mil cotas. Os dividendos do exercício de 2008 foram pagos em dezembro de 2009.

Continua...



Continuação

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2008
2009		
Serviços do sistema financeiro.....	5	28
Obrigações sociais - contribuição sindical.....	10	-
Propaganda e publicidade.....	211	83
Serviços técnicos especializados.....	40	37
Outras.....	3	7
Total	269	155

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2008
2009		
Contribuição ao COFINS.....	108	123
Contribuição ao PIS.....	18	20
Despesas com impostos e taxas.....	18	18
Total	144	161

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2008
2009		
Atualizações de impostos e contribuições.....	(18)	(18)
Reversões de provisões.....	3	36
Dividendos recebidos.....	100	-
Outras.....	-	(6)
Total	85	12

14) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Em 2009, refere-se a despesas de provisão para perdas de incentivos fiscais, no montante de R\$ 1 mil.

15) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009	2008	2009	2008
	Ativos	Ativos	Receitas	Receitas
	(passivos)	(passivos)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	17	9	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	22.735	1.036	2.494
Dividendos:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	(14)	(17)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.324	2.769
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(930)	(1.108)
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	24	50
Outros valores	24	48
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(882)	(1.010)

(1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas do setor financeiro foi para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008), (Nota 3f).

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e

(c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010



Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

BFB Leasing S.A.

Arrendamento Mercantil

CNPJ 43.425.008/0001-02 - Companhia Aberta - NIRE 35300012283

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2010

LOCAL E HORA: Alameda Pedro Calil, 43, em Poá (SP), às 17:00 horas.

MESA: Marco Ambrogio Crespi Bonomi - Presidente; Rodolfo Henrique Fischer - Secretário. QUORUM: representantes da totalidade dos debenturistas. EDITAL DE CONVOCAÇÃO: dispensada a publicação da convocação nos termos do § 4º do Artigo 124, combinado com o § 2º do Artigo 71 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade de debenturistas das debêntures em circulação da série única da 5ª (quinta) Emissão Pública de Debêntures Conversíveis da Companhia.

PRESENÇA: representantes (a) do Agente Fiduciário da 5ª Emissão de Debêntures da BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, datada de 02.04.1997 ("Escritura da 5ª Emissão"), Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sediada em São Paulo (SP), na Av. Paulista, 2.439, 11º andar, CNPJ 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"); e a (b) Sra. Denise Bastos Guedes, brasileira, solteira, advogada, RG SSP-SP 7.779.310, CPF 048.894.228-46 domiciliada em São Paulo (SP) à Rua Indiana, 560, apto. 111, Brooklin Paulista ("Agente Fiduciária Substituta").

ORDEM DO DIA: apreciação das seguintes propostas aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data: (i) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário pela Agente Fiduciária Substituta, a ser realizada com observância do Artigo 3º da Instrução CVM nº 28/83; (ii) caso a CVM aprove a substituição, a celebração, com a Agente Fiduciária Substituta, de aditivo à Escritura da 5ª Emissão, estabelecendo-se a remuneração devida pelos seus serviços. DELIBERAÇÕES TOMADAS PELOS DEBENTURISTAS: Após apresentação dos itens constantes da ordem do dia, os debenturistas deliberaram, por unanimidade de votos:

i) aprovar a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário pela Agente Fiduciária Substituta, ressalvando, no entanto, que a eficácia da substituição deliberada está condicionada à aprovação da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 28/83 e que o Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição pela Agente Fiduciária Substituta; ii) aprovar a remuneração da Agente Fiduciária Substituta, que está descrita na proposta apresentada pela mesma em correspondência datada de 11.01.2010. Ato contínuo, rubricaram as páginas da referida proposta; iii) autorizar que, após a CVM aprovar a substituição, a Agente Fiduciária Substituta celebre aditivo à Escritura da 5ª Emissão de maneira a refletir as deliberações da presente Assembleia. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual lida, foi aprovada e assinada pelos debenturistas presentes. Secretaria da Fazenda - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob nº 62.472/10-0, em 17.02.2010. (a) Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

EKA CHEMICALS DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF: 43.818.418/0001-13 NIRE : 35.300.005.431

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 03/02/2010

Data, Hora e Local: 03 de fevereiro de 2010, às 10:00 horas, na sede social localizada na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, Km 65,2, CEP 13212-240, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo. Convocação: Dispensada de acordo com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Valentin Irineu Suchek; Secretário: Rogério Neri Menezes. Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar acerca do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31/12/2009; (ii) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) Eleição dos membros da Diretoria; (iv) Fixação da remuneração global dos administradores no exercício; Deliberações: Tomadas por Unanimidade: (i) Iniciados os trabalhos, foram aprovados sem reservas, o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2009, as quais foram publicadas no Jornal de Jundiaí em Jundiaí-SP e Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 02 de fevereiro de 2010; (ii) Aprovar a destinação integral do lucro líquido da sociedade, no montante de R\$ 39.018.525,32 (trinta e nove milhões, dezoito mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) para a conta de reserva de lucros; (iii) Os acionistas elegem os seguintes membros para compor a Diretoria da Sociedade: em substituição ao Sr. Valentin Irineu Suchek, elegem o Sr. Antonio Carlos Francisco, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 9.265.979-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 047.054.698-01, residente e domiciliado na Rua Wanderley, 504 Aptº 161, bairro Perdizes CEP 05011-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de Diretor Presidente. Reeleitos: o Sr. Rogério Neri Menezes, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 17.427.930-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 116.298.968-88, residente e domiciliado na Rua Pascal nº 260, Aptº 21, bairro Campo Belo CEP 04616-001 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para Diretor Financeiro-Administrativo e Sr. Pablo Wiedenbrug, brasileiro, casado engenheiro químico, portador do RG nº 10.426.567-X SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 120.804.618-77, residente e domiciliado na Rua Benedito Agostinho, 165, Portal do Paraíso CEP 13214-491 na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, para Diretor de Operações. Os Diretores ora eleitos terão seus mandatos até a Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas referentes ao exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2010; (iv) Fixada a remuneração global anual dos Administradores no montante de R\$ 1.560.000,00 (um milhão quinhentos e sessenta mil reais). Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Valentin Irineu Suchek, Presidente; Rogério Neri Menezes, Secretário. Acionistas: Akzo Nobel Chemicals International B.V. - p.p. Christian Alberto Hinderberger Cardoso de Almeida; Valentin Irineu Suchek. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rogério Neri Menezes - Secretário - Jucesp Reg. nº 62.872/10-2 em 18/02/2010 - Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

LA SANTE AGRO ALIMENTOS LTDA.

CNPJ 04.602.865/0001-89

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Empresa La Sante Agro Alimentos Ltda, vem através de sua sócia majoritária contendo mais de 90% do capital social votante, deixar público e a quem for de direito saber, sobre a reunião de sócios, que será realizada em sua sede social, situada Rua Alexandre Dumas, 613, sala 02, Chacara Santo Antonio, Sao Paulo-SP, com o único intuito de nomear nova diretoria. Em conf. 1071 inciso III.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas de Ribeirão Preto e Região - Contribuição Sindical - 2010

- Pelo presente Edital, o Diretor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Fabricação do Alcool, Químicas e Farmacêuticas de Ribeirão Preto e Região, comunica às empresas enquadradas no 10º Grupo Profissional, representada pelas categorias de produtos químicos para fins industriais, produtos farmacêuticos, preparação de óleos vegetais e animais, perfumarias e artigos de tocador, resinas sintéticas, sabão, velas, fabricação do álcool, explosivos, tintas e vernizes, fósforos, adubos, corretivos agrícolas, tinturaria, destilação e refinação de petróleo, material plástico (inclusive trabalhadores na produção de laminados plásticos), matérias primas para inseticidas e fertilizantes, abrasivos, álcalis, petroquímica, lápis, canetas, material de escritório, colas, defensivos animais, re-refino de óleos minerais, produtos de limpeza, defensivos agrícolas (formicidas e inseticidas), tintas de escrever e similares, defensivos animais (produtos veterinários) e as atividades similares e conexas - artigo 570, § único, da CLT a que se refere o artigo 577, da CLT, sediadas em sua base territorial, abrangendo os municípios de Ribeirão Preto, Altinópolis, Américo Brasiliense, Araraquara, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Brodowski, Cravinhos, Dobrada, Dumont, Franca, Guariba, Ibaté, Jaboticabal, Jardinópolis, Luiz Antonio, Matão, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Motuca, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Rincão, Sales de Oliveira, Santa Ernestina, Santa Lucia, São Simão, Serrana, Sertãozinho e Taquaritinga, que no mês de março de 2010 deverão descontar de todos os seus empregados o valor relativo a 01 (um) dia de salário, a título de Contribuição Sindical e recolhido em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, Casas Lotéricas ou outras Credenciadas, em guia própria fornecida por esta entidade sindical, com vencimento para o mês de abril de 2010 de acordo com normas convencionais e/ou legais; sendo que após essa data, referida contribuição sofrerá um acréscimo de multa de 10,0%, mais 2,0% por mês subsequente, além de juros de 1,0% ao mês e outras cominações legais cabíveis, na conformidade com o artigo 600, da CLT. Ficando cientificado, ainda, que a não observância do pagamento da referida contribuição sujeitará as empresas à cobrança executiva, em fase do que prescreve o artigo 606, da CLT. Para os mensalistas, o desconto será na base de 1/30 avos do salário integral e para os diaristas e horistas na base de uma diária de 8 horas e para os tarefeiros, empreiteiros, comissionados, o desconto se fará na base de 1/30 avos da quantia recebida no mês anterior. O sindicato estará orientando para as possíveis dúvidas, cujas guias para o recolhimento estarão disponíveis no site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2010. (aa) Pedro Jesus Sampaio - Diretor Presidente.

SAMURAI EQUIPAMENTOS FRIGORÍFICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

NIRE nº 35.220.337.046 - CNPJ nº 07.782.374/0001-55

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DOS SÓCIOS Convocamos os sócios de SAMURAI EQUIPAMENTOS FRIGORÍFICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para participarem da reunião ordinária dos sócios que se realizará no próximo dia 5 de Março de 2010, às 9:00 horas, em primeira convocação, ou às 9:30 horas, em segunda convocação, na sede social da empresa localizada na Rua Cabo Antonio Alves, nº 10, Parque Novo Mundo, nesta Capital de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação do Balanço Patrimonial e contas da administração do exercício de 2009; 2) Aumento de Capital e transferência de quotas da sócia Brascold para os sócios André Allodi e Cláudio Camargo; 3) Alteração e Consolidação do Contrato Social. As demonstrações contábeis do exercício de 2009 estão à disposição dos sócios na sede social.

CURSAN - Companhia Cubatense de Urbanização e Saneamento

CNPJ/MF nº 55.176.960/0001-07

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Contratante: Curisan. Contratada: PS Publicidade e Serviços. AF 33/2007. Objeto: Publicação de atos oficiais. Valor global: R\$ 60.000,00. Vigência: 12 meses. Assinatura: 28/01/2010.



BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1,442 milhão, correspondente a R\$ 96,13 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 27.846 milhões e Ativos Totais de R\$ 28.783 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2009		2008		PASSIVO	2009		2008	
	2009	2008	2009	2008		2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE	28.755	27.372	28.755	27.372	CIRCULANTE	937	937	968	968
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	17	9	17	9	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	937	937	968	968
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	-	22.735	-	22.735	Sociais e Estatutárias.....	14	14	17	17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	-	22.735	-	22.735	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	804	804	909	909
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	28.698	4.622	28.698	4.622	Diversas (Nota 9b).....	119	119	42	42
Carteira Própria.....	28.698	4.622	28.698	4.622					
OUTROS CRÉDITOS.....	40	6	40	6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.846	27.846	26.418	26.418
Rendas a Receber.....	14	-	14	-	Capital:				
Diversos (Nota 7).....	26	6	26	6	- De Domiciliados no País (Nota 10a).....	15.000	15.000	15.000	15.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	28	11	28	11	Reservas de Lucros (Nota 10b).....	12.846	12.846	11.418	11.418
OUTROS CRÉDITOS.....	28	11	28	11					
Diversos (Nota 7).....	28	11	28	11					
PERMANENTE	-	3	-	3					
INVESTIMENTOS.....	-	3	-	3					
Outros Investimentos.....	2	6	2	6					
Provisões para Perdas.....	(2)	(3)	(2)	(3)					
TOTAL	28.783	27.386	28.783	27.386	TOTAL	28.783	28.783	27.386	27.386

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em	
	2009	2008	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.208	2.653	1.208	3.073
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	1.208	2.653	1.208	3.073
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.208	2.653	1.208	3.073
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(112)	(328)	(112)	(304)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(75)	(269)	(75)	(155)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(69)	(144)	(69)	(161)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13).....	32	103	32	43
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	-	(18)	-	(31)
RESULTADO OPERACIONAL	1.096	2.325	1.096	2.769
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	(1)	(1)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.095	2.324	1.095	2.769
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(426)	(882)	(426)	(1.010)
LUCRO LÍQUIDO	669	1.442	669	1.759
Número de cotas (Nota 10a).....	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	44,60	96,13	44,60	117,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em	
	2009	2008	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.095	2.324	1.095	2.769
Lucro Líquido Ajustado.....	1.095	2.324	1.095	2.769
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	-	22.735	-	(2.493)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(997)	(24.076)	(997)	1.349
(Aumento)/Redução em Outros Créditos/Outros Valores e Bens.....	(19)	(21)	(19)	1
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	1	90	1	13
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(58)	(1.031)	(58)	(869)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	22	21	22	770
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Investimentos.....	3	4	3	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	3	4	3	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos.....	(17)	(17)	(17)	(762)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(17)	(17)	(17)	(762)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	8	8	8
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Início do Período.....	9	9	9	1
Fim do Período.....	17	17	17	9
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	8	8	8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros	
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Acumulados	Totais
Saldos em 30.06.2009	15.000	-	1.182	11.002	-	27.184
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	669	669
Destinações: - Reservas.....	-	-	32	630	(662)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31.12.2009	15.000	-	1.214	11.632	-	27.846
Saldos em 31.12.2007	12.000	-	1.055	11.621	-	24.676
Homologação de Aumento de Capital.....	1.200	(1.200)	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas.....	-	3.000	-	(3.000)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	1.759	1.759
Destinações: - Reservas.....	-	-	88	1.654	(1.742)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(17)	(17)
Saldos em 31.12.2008	13.200	1.800	1.143	10.275	-	26.418
Saldos em 31.12.2008	13.200	1.800	1.143	10.275	-	26.418
Aumento de Capital com Reservas.....	1.800	(1.800)	-	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	1.442	1.442
Destinações: - Reservas.....	-	-	71	1.357	(1.428)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(14)	(14)
Saldos em 31.12.2009	15.000	-	1.214	11.632	-	27.846

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2009	%	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	1.239	106,4	2.737	110,9	3.085	105,3
1.1) Intermidação Financeira	1.208	103,8	2.653	107,5	3.073	104,9
1.2) Outras	31	2,6	84	3,4	12	0,4
- Resultado de Outras Despesas/Receitas.....	32	2,7	85	3,4	12	0,4
- Resultado Não Operacional.....	(1)	(0,1)	(1)	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(75)	(6,4)	(269)	(10,9)	(155)	(5,3)
Serviços do sistema financeiro.....	(3)	(0,2)	(5)	(0,2)	(28)	(1,0)
Propaganda, promoções e publicidade.....	(55)	(4,7)	(212)	(8,6)	(83)	(2,8)
Contribuição sindical patronal.....	-	-	(10)	(0,4)	(37)	(1,3)
Serviços técnicos especializados.....	(16)	(1,4)	(40)	(1,6)	(7)	(0,2)
Comunicações.....	(1)	(0,1)	(2)	(0,1)	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.164	100,0	2.468	100,0	2.930	100,0
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.164	100,0	2.468	100,0	2.930	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.164	100,0	2.468	100,0	2.930	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	495	42,5	1.026	41,6	1.171	40,0
Federal.....	491	42,2	1.022	41,4	1.171	40,0
Municipal.....	4	0,3	4	0,2	-	-
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	669	57,5	1.442	58,4	1.759	60,0
Dividendos Propostos.....	7	0,6	14	0,5	17	0,5
Lucros Retidos.....	662	56,9	1.428	57,9	1.742	59,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9%, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetivado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Getas, Elaboração e
Divulgação de Relatórios
de Análise Econômica
Financeira e Demonstrações
Financeiras Consolidadas
da Organização Bradesco

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Diversas

Refere-se à provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 119 mil (2008 - R\$ 42 mil).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 15.000 mil (2008 - R\$ 15.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 15.000.000 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 28 de janeiro de 2009, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o Capital Social no montante de R\$ 1.800 mil, elevando-o de R\$ 13.200 mil para R\$ 15.000 mil, com emissão de 1.800.000 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária".

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	12.846	11.418
- Reserva Legal (1)	1.214	1.143
- Reserva Estatutária (2)	11.632	10.275

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 14 mil (2008 - R\$ 17 mil), correspondendo a R\$ 0,94 (2008 - R\$ 1,13) por lote de mil cotas. Os dividendos do exercício de 2008 foram pagos em dezembro de 2009.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Serviços do sistema financeiro	5	-
Obrigações sociais - contribuição sindical	10	28
Propaganda e publicidade	211	83
Serviços técnicos especializados	3	37
Outras	3	7
Total	269	155

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Contribuição ao COFINS	108	123
Contribuição ao PIS	18	20
Despesas com impostos e taxas	18	18
Total	144	161

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Atualizações de impostos e contribuições	(18)	(18)
Reversões de provisões	3	36
Dividendos recebidos	100	-
Outras	-	(6)
Total	85	12

Aos Administradores

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

14) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Em 2009, refere-se a despesas de provisão para perdas de incentivos fiscais, no montante de R\$ 1 mil.

15) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009 Ativos (passivos)	2008 Ativos (passivos)	2009 Receitas (despesas)	2008 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	17	9	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	22.735	1.036	2.494
Dividendos:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	(14)	(17)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.324	2.769
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(930)	(1.108)
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	24	50
Outros valores	24	48
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(882)	(1.010)

(1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas do setor financeiro foi para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008), (Nota 3).

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

Eu sou muito melhor do que qualquer outro candidato.

Deputado Ciro Gomes (PSB-CE)

Ciro já não descarta governo de SP

Deputado pode ajudar palanque de Dilma Rousseff, se Lula convencê-lo a isso

O deputado Ciro Gomes (PSB-CE) deu ontem o primeiro sinal de que pode atender ao apelo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser candidato ao governo de São Paulo. Em reunião com parlamentares e dirigentes do PT, PSB, PC do B e PDT, Ciro disse estar disposto a concorrer ao Palácio do Planalto, mas ressaltou que pode entrar no páreo em São Paulo se Lula precisar de um palanque para a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no maior colégio eleitoral do País.

"Eu estou decidido, mas só o tempo vai dizer se minha decisão (de ser candidato à sucessão de Lula, já anunciada) vai se manter ou se serviremos o País deslocando a candidatura para São Paulo", afirmou o deputado, que é ex-ministro da Integração Nacional.

Segundo turno - Segundo a avaliação de Ciro, uma campanha polarizada desde o início entre Dilma, pré-candidata do PT à Presidência, e o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), favorece o tucano. É com o argumento de que somente sua entrada na disputa pode levar a eleição para o segundo turno que Ciro prega esse cenário.

Ele avisou, no entanto, que não será "linha auxiliar" do Planalto se mantiver sua intenção de concorrer à Presidência. "Eu sou muito melhor do que qualquer outro candidato", insistiu. "A Dilma é extraordinária, mas não tem a história de 20 eleições que eu tenho".

Só o tempo vai dizer se minha decisão vai se manter ou se serviremos o País deslocando a candidatura para São Paulo.

CIRO GOMES (PSB-CE)

Ciro vai conversar com Lula no dia 15 de março e ainda tem duas reuniões com o grupo de partidos que quer lançá-lo ao governo paulista, antes de dar a resposta final.

Antes de deixar o encontro de ontem, em Brasília, o deputado recomendou aos dirigentes partidários que contenham a ansiedade por sua decisão final. "Precisamos, primeiro, olhar o quadro nacionalmente e botar um pouco de gelo nas veias", brincou.

Representantes do PSB, PCdoB, PT e PCdoB estiveram reunidos ontem com o deputado para discutir mais profundamente a questão da sucessão ao governo de São Paulo. Os partidos pressionam Ciro Gomes a disputar o governo de São Paulo, tendo em vista que nenhuma das legendas tem um candidato definido - e o PT principalmente, estaria em franca desvantagem na disputa pelo maior colégio eleitoral do País. Ciro, porém, ainda resiste à pressão.

Segundo um dos participantes da reunião, Ciro quer aguardar a conversa que terá com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A reunião, a princípio, está prevista para o final de março. É certo, contudo, que durante o próximo mês Lula dará continuidade às conversações com o PSB.

Junto com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ele participará de inauguração de duas fábricas - uma de britas e outra de dormentes de concreto. Ao mesmo tempo, o PSB quer arrancar do PT apoio incondicional às reeleições de Cid Gomes, no Ceará, e de Eduardo Campos, em Pernambuco, e também à sucessão de Wilma Faria no Rio Grande do Norte. (AE)

Estados se unem contra redução de vagas na Câmara

Deputados federais representantes dos oito Estados que poderão ver reduzido o número de representantes da Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas se posicionaram contra a proposta de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que prevê a modificação do número de parlamentares.

Pela minuta de resolução do TSE, 10 vagas de deputado federal seriam cortadas dos Estados do Rio Grande do Sul (1), Paraná (1), Maranhão (1), Goiás (1), Pernambuco (1), Piauí (1), Rio de Janeiro (2) e Paraíba (2). As cadeiras seriam remanejadas para outros sete Estados: Pará (3), Minas Gerais (2), Amazonas (1), Rio Grande

do Norte (1), Ceará (1), Bahia (1), e Santa Catarina (1).

A justificativa seria o crescimento da população em alguns estados e a diminuição em outros. A resolução do ministro do TSE, Arnaldo Versiani, relator das regras das eleições deste ano, se baseia na estimativa populacional do IBGE de julho de 2009. (AE)

Política



Lá e cá: Ciro Gomes ainda se diz presidenciável, mas admite reforçar presença petista em São Paulo

Base aliada impede convocação de Dilma ao Senado

Requerimento buscava explicações sobre Plano Nacional de Direitos Humanos

A base do governo impôs ontem a sua maioria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e evitou o comparecimento da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao colegiado. O requerimento de convocação não estava na pauta e foi apresentado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) de última hora na semana passada, quando os parlamentares governistas já tinham deixado a CCJ. A justificativa era que a ministra esclarecesse as polêmicas geradas a partir da divulgação do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em dezembro.

A estratégia regimental que possibilitou rever a decisão da CCJ foi estabelecida pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele apresentou requerimento para que o nome de Dilma Rousseff fosse trocado pelo do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, coordenador dos trabalhos de elaboração do PNDH.

Diante desse resultado, o presidente da comissão, Demóstenes Torres (DEM-GO), estuda a possibilidade de o colegiado recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para

Ailton de Freitas/AOG



Nada feito: senadores votam contra interpelação da ministra

que a Corte dê a palavra final. Segundo o parlamentar, trata-se de "um ato jurídico perfeito e concluído", uma vez que a ministra já recebeu o ofício de convocação.

Caso não caiba, legalmente, à CCJ o direito de levar o recurso ao STF, Demóstenes Torres disse que a senadora Kátia Abreu poderá apresentá-lo. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), por sua vez, comunicou que o partido irá recorrer ao Suprem.

Já prevendo a derrota, o PSDB, o Democratas e senadores dissidentes de partidos da base governista como Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) se re-

vezaram ao microfone com o objetivo de desgastar politicamente a ministra-chefe da Casa Civil.

Estratégia - O tucano paranaense Álvaro Dias procurou deixar clara a montagem dessa estratégia contra a CCJ: "Imaginem se o STF decidir que a ministra deve vir. Será a desmoralização completa dessa comissão", ressaltou. "Neste caso cabe, sim, o debate político. O que teme a ministra Dilma e o presidente Lula? Ao apagar das luzes do ano passado o governo tomou medidas que contrariam do campo às cidades e agora não quer dar explicações?", reagiu. (AE)